



Planejamento por Cenários: olhar o passado para prospectar o futuro do STJ

Elaine Nóbrega Borges (STJ), Tereza Cristina Jurema Garrido (STJ) e Renata Seixa Vianna (STJ)

Desempenho, eficiência e efetividade em organizações da justiça

RESUMO

O aumento da quantidade de processos no Poder Judiciário é apresentado em várias edições do Relatório Analítico do Justiça em Números, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este aumento reflete diretamente no recebimento de processos no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Diante desta situação e dos impactos do crescimento do acervo do STJ, surgiu a iniciativa inovadora de utilizar o Modelo Síntese de Construção de Cenários, para apoiar na compreensão da complexidade do funcionamento do Poder Judiciário, a fim de planejar e formular estratégias de atuação, de acordo (obtidas a partir das) com as informações do futuro antecipado, com o objetivo de melhorar o processo decisório a partir dos possíveis cenários. A escolha desta metodologia, que é composta por 8 (oito) etapas, deu-se pelo fato de possibilitar seu uso de forma customizada.

Ao seguir as etapas descritas na metodologia, definiu-se a seguinte questão orientadora do estudo: Em 10 (dez) anos, como estará o acervo do STJ? Esta pergunta guiou os estudos de todas as etapas. Foram coletados dados estatísticos e pesquisas sobre a temática para a identificação das sementes de futuro. Com base nas informações anteriores, geraram-se 4 (quatro) cenários exploratórios com as combinações possíveis das incertezas a serem trabalhadas e as interações delas com os atores.

Elaborou-se um relatório, onde constam as sementes de futuro: casos novos do STJ; impacto dos recursos repetitivos; atuação dos atores; andamentos legislativos e sociedade brasileira. Com a entrega do relatório e institucionalização formal do centro por meio de ato normativo, foi finalizado o projeto de instalação e o procedimento de análise entra no rol de processos de trabalho da estratégia.

Estima-se, assim, que o uso desta metodologia auxilie na tomada de decisão que impacte no planejamento estratégico do STJ e com a construção de cenários, a instituição possa propor ações para o futuro desejado.





Introdução

Assim como em outros Tribunais, a crescente demanda processual gera dificuldades ao Superior Tribunal de Justiça na concretização de sua missão institucional.

Para se ter ideia do aumento de processos no STJ, no ano de 2018 o STJ recebeu 126.792 processos recursais e 32.653 processos originários, totalizando 159.445 processos, com seus 33 ministros e em 2023 chegou a 175.525 recursais e 51.915 originários, que somados resultam 227.440 processos com o mesmo número de membros.

Apesar do aumento da produtividade (em 2022 foram baixados 406.188 processos), que é praticamente equivalente ao número de processos que chegam anualmente (404.775 em 2022), ela não é suficiente para dar vazão ao número de processos já em trâmite, cerca de 287.000.

Outro ponto a considerar é a demanda crescente da sociedade- que, de acordo com o relatório do Justiça em Números de 2024, elaborado pelo CNJ, demonstrou um aumento 3,1% de casos novos de 2022 para 2023.

Por fim, cabe ressaltar que a demanda de processos no STJ depende do envio dos tribunais de origem e ao analisar a distribuição dos recebidos ao longo do ano, percebe-se que há variação numérica e por origem.

Visando analisar o problema sob um novo aspecto, a Assessoria de Gestão Estratégica do STJ experimentou a metodologia de construção de cenários prospectivos. Os métodos de construção de cenários prospectivos são instrumentos de apoio à compreensão do ambiente complexo e sistêmico no qual as organizações estão inseridas e impactam no seu planejamento de longo prazo. Eles facilitam a comunicação e, principalmente, ajudam na criação de uma visão futurista e compartilhada para todos os colaboradores, contribuindo dessa forma para os objetivos almejados.

O planejamento por cenários prospectivos auxilia nos seguintes aspectos: gerar aprendizado organizacional desafiando e alterando os modelos mentais; produzir informação sobre o futuro antecipando a mudança; formular estratégias e planos; agir conforme o planejado; guiar o monitoramento; e aprimorar a comunicação e a conversação estratégica.

Desta forma, cenários são ferramentas que têm como objetivo melhorar o processo decisório com base no estudo de possíveis ambientes futuros. Eles têm como foco os assuntos de grande importância para os tomadores de decisão, como também, os eventos que afetam o sistema objeto de cenarização (SCHOEMAKER; HEIJDEN, 1992).

Com essa visão de importância dos estudos dos cenários para a estratégia do STJ, criou-se o projeto estratégico “Centro de Estudos Prospectivos” (Processo SEI n. 42589/2022)





objetivando implementar e projetar os planos possíveis para o STJ em 2033 e auxiliar nas decisões institucionais de modo a construir o futuro desejado.

Planejamento, desenvolvimento e implementação

1. Capacitação da equipe

Para a execução deste projeto, a equipe realizou a capacitação “Planejamento por cenários”, com a Professora Doutora Elaine Marcial.

Após a apresentação de vários métodos de construção de cenários, o adotado neste projeto foi o Modelo Síntese dos Métodos de Construção de Cenários (MARCIAL, 2011), pois ele possibilita que a organização o utilize de forma customizada.

Este modelo possui 8 etapas, sendo elas: 1) Definição do Plano de Trabalho, Questão Principal e Sistema de Cenarização; 2) Análise retrospectiva e da situação atual; 3) Identificação das sementes de futuro; 4) Definição das condicionantes de futuro; 5) Geração dos cenários; 6) Teste de consistência e ajustes; 7) Análise dos cenários e identificação de estratégias; e 8) Questões para o monitoramento.

Seguiu-se as etapas descritas na metodologia do Modelo Síntese dos Métodos de Construção de Cenários.

2. Definição do Plano de Trabalho, Questão Principal e Sistema de Cenarização

Em primeiro lugar, deve-se formatar adequadamente o problema e definir, de forma clara, o objeto do estudo. Assim, foi elaborado um plano de trabalho, de acordo com a etapa 1 do modelo, que contém: a questão orientadora; o objeto de estudo; o objetivo; horizonte temporal; destinatário; aspectos fundamentais; recursos necessários; responsáveis; e cronograma.

O tema do estudo, norteado pela questão orientadora/principal foi: Em 10 (dez) anos, como estará o acervo do STJ?

Ressalta-se os aspectos fundamentais que compuseram o arcabouço deste trabalho, foram: o crescimento do volume processual no STJ; a atuação dos principais tribunais (tribunais de justiça estaduais e tribunais regionais federais); os assuntos mais demandados ao STJ; o impacto dos precedentes; a disponibilidade de recursos e pessoas; e a consulta aos *experts* (unidades integrantes do macroprocesso da prestação jurisdicional).

3. Análise retrospectiva e da situação atual



Ao avançar para a segunda etapa da metodologia, realizou-se estudo com levantamento bibliográfico e análise da evolução dos temas associados à questão principal. Utilizou-se as seguintes fontes de dados: a) pesquisas elaboradas pelo CNJ e Associação dos Magistrados do Brasil (AMB); b) dados estatísticos do STJ relativos à quantidade de processos recebidos na Corte no período de 2012 a 2022, separado por ano, e 2023 separado por mês, com divisão por tribunal de origem, classe processual, assunto, ramo do direito e grandes demandantes; c) dados estatísticos do STJ sobre a quantidade de processos baixados, decisões, teor das decisões e acervo referente às classes processuais Agravo em Recurso Especial (AREsp), Recurso Especial (REsp), Habeas Corpus (HC) e Recurso em Habeas Corpus (RHC), no período de 2012 a 2023; c) dados estatísticos do Poder Judiciário, por meio da publicação “Justiça em Números” edições de 2022 e 2023, elaboradas pelo CNJ; e d) dados estatísticos da quantidade de processos sobrestados por temas de Recursos Repetitivos, por tribunal de origem.

4. Identificação das sementes de futuro

O estudo anterior subsidiou a terceira etapa, Ele foi apresentado para um grupo de especialistas. Após esta apresentação, foi disponibilizado um questionário para eles responderem, com o objetivo de levantar as “sementes de futuro”, ou seja, os fatos ou sinais existentes no passado e no presente que sinalizaram possibilidades de eventos futuros (MARCIAL, 2022).

A consolidação das respostas dos especialistas marca o início da etapa 4.

5. Definição das condicionantes de futuro

A partir do resultado da etapa anterior, chegou-se a 2 megatendências: evolução tecnológica com automatização dos serviços públicos; e manutenção da força de trabalho do STJ. Ressalta-se que uma megatendência representa uma força que existe hoje e continuará atuando no futuro, com capacidade para ocasionar transformações nas pessoas e organizações.

Nesta etapa também foram definidas as incertezas, de acordo o diagrama de motricidade e dependência. As condicionantes de futuro selecionadas são aquelas que têm capacidade de mover o sistema: casos novos; perfil da gestão do STJ; regulamentação do filtro da relevância da questão federal; e expectativa de vida da população brasileira.

Outro ponto a ser explorado na definição das condicionantes de futuro é a estratégia dos atores. Segundo a perspectiva dos especialistas, foi montado um quadro de análise com os seguintes atores: STJ; Ministras(os); CNJ; Advocacia; Congresso; e Tribunais.

6. Geração dos cenários

Com base nas informações levantadas na etapa anterior, gerou-se 4 cenários exploratórios com as combinações possíveis das incertezas a serem trabalhadas, bem como a





interação entre atores. Cabe destacar que as megatendências foram consideradas como parâmetro natural para todos os cenários elaborados. Numa coluna constam as condicionantes e na outra as hipóteses (com as variáveis: manutenção/diminuição/aumento; não acontece/acontece sem efetividade/ efetiva; conservadora/inovadora; x – para conflito/ = para convergência). As tabelas 1 a 4 mostram como foi a construção destes 4 cenários com suas variáveis. Com apoio da Secretaria de Comunicação Social – SCO, foram elaborados vídeos para contar as histórias dos cenários.

7. Teste de consistência e ajustes

Os cenários passaram por um teste de consistência e ajustes, etapa 6 da metodologia, com uma nova apresentação aos especialistas. Destaque para as seguintes contribuições: alteração sobre o filtro da relevância da questão federal e inclusão de mais atores (Servidores do STJ, Poder Executivo e Defensorias Públicas).

8. Análise dos cenários e identificação de estratégias

Na penúltima etapa do modelo, de análise dos cenários e formulação da estratégia, após debate com a equipe responsável, verificou-se a necessidade de alterações no plano estratégico institucional (análise de ambiente, missão, visão, valores e objetivos estratégicos), de acordo com os cenários apresentados.

9. Questões para o monitoramento

No monitoramento estratégico, a primeira versão de relatório foi elaborada, onde constam as sementes de futuro: casos novos do STJ; impacto dos recursos repetitivos; atuação dos atores; andamentos legislativos e sociedade brasileira.

Quanto a cada uma das sementes de futuro, ressaltamos que:

- a) **Casos Novos:** a partir da atual realidade de recebimento de processos e de acordo com a estrutura de conceitos experimentais do CNJ, desenvolveu-se um modelo matemático, ou seja, uma interpretação dessa realidade a fim de prospectar os casos novos que chegarão ao STJ. Salienta-se a ajuda e o esclarecimento de dúvidas do servidor Igor Stemler, do Departamento de Pesquisas Judiciárias, do CNJ.

Para chegar ao modelo, seguiu-se os passos:

- I. identificar e validar as seguintes variáveis: Índice de Atendimento à Demanda (IAD); Taxa de Recorribilidade; Casos Novos Tribunal de Origem, coletados do painel *BI* de Estatística do CNJ (<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>); e Processos Recursais recebidos no STJ.
- II. além dessas variáveis, estudou-se os tempos médios de tramitação no segundo grau dos processos baixados nos Tribunais de Origem, de acordo





com os gráficos constantes na figura 153 do Relatório Analítico do Justiça em Números de 2023, para definir o mês e ano de referência dos dados processuais para cada tribunal;

- III. calcular a Taxa de Recorribilidade anual, utilizou-se a seguinte fórmula:
Taxa de Recorribilidade anual = Processos Recebidos daquele Tribunal Origem no STJ / Processos Baixados daquele Tribunal de Origem, coletados do painel *BI* de Estatística do CNJ (<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>);
- IV. calcular o IAD anual = processos baixados Tribunal de Origem ano atual / Casos Novos Tribunal de Origem ano referência.

Assim, estruturou-se o modelo da seguinte forma:

Casos Novos STJ (estimativa de Processos Recursais) = Casos Novos Tribunal de Origem do Ano de referência x Taxa Recorribilidade anual x IAD anual;

ou

Casos Novos STJ (estimativa de Processos Recursais) = Processos Baixados Tribunal Origem do ano atual x Taxa de Recorribilidade anual.

Importante salientar que, na ausência de algum dado/variável, será necessário o cálculo por meio do desdobramento do modelo. Também é relevante calcular a média dos últimos períodos e, se possível, analisar o comportamento daquele ano.

Utilizou-se este modelo para a projeção de Casos Novos STJ em 2024. Para este cálculo, estimou-se o recebimento de 5 tribunais, que estão entre os 10 mais que enviam processos ao STJ, sendo eles: Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). A escolha destes também foi baseada no fato de que o tempo médio de tramitação até a baixa no segundo grau é aproximado em 12 meses, o que facilitaria os cálculos. Para os casos com menos de 12 meses, foi arredondado para cima. Em relação ao TRF3, em especial, o tempo médio é de 28 meses.

A estimativa de recebimento de processos no STJ desses 5 tribunais em 2023 foi de 178.231 processos recursais. Como todos os dados do ano de 2023 estão disponíveis foi possível confirmar o modelo e assim, os valores da estimativa e recebimento de processos recursais são os mesmos.



Para 2024, a estimativa de recebimento de processos recursais desses 5 tribunais no STJ é de 192.373 processos, de acordo com a figura 1. Um aumento de 7,93% em relação à 2023.

Após estas análises, as autoras estão evoluindo nos cálculos, a fim de mitigar a circularidade deste modelo e testar a outras combinações das variáveis.

- b) **Impacto dos Recursos Repetitivos:** quanto a esta semente, a ideia inicial era de, a partir dos dados constantes no Painel de Consulta ao Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_1%2FPainelC NJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shDRGraficos), conseguir avaliar, por meio de indicadores, a efetividade do instituto de julgamento dos Recursos Repetitivos, levando em consideração a quantidade de processos sobrestados que aguardam julgamento destes temas e os processos já julgados. Ocorre que ao analisar os dados constantes neste painel, verificaram-se algumas inconsistências nos dados por ele apresentados.
- Uma outra forma encontrada de avaliar o impacto dos Recursos Repetitivos foi a de, a partir dos assunto mais demandado no Tribunal de Origem no ano de referência, pesquisar na base de dados dos Precedentes Qualificados do STJ (https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/) para saber quais Temas Afetados e Controvérsias pendentes de afetação estão relacionadas a estes assuntos, bem como a quantidade de processos sobrestados por esses temas e controvérsias. Neste primeiro relatório exploramos os assuntos relacionados ao ramo do Direito Privado, conforme figura 2. Pode-se inferir que dos 7 assuntos examinados, 5 deles possuem temas ou controvérsias pendentes de julgamento;
- c) **Atuação dos Atores:** monitora-se, nesta semente, as movimentações dos atores listados na etapa 4. Entre elas, as notícias relevantes e as vacâncias das Ministras e Ministros do STJ;
- d) **Andamentos Legislativos:** neste item, dá-se atenção aos projetos de leis em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que possam impactar as atividades do STJ, como a regulamentação do filtro da relevância da questão de direito federal infraconstitucional; e
- e) **Sociedade Brasileira:** acompanha-se, nesta semente, a expectativa de vida da população brasileira, a quantidade de processos com a prioridade por idade e em que





o INSS figura como recorrente e recorrido, além dos casos novos relacionados a Direito da Saúde.

Resultados alcançados

A aplicação desta metodologia de prospecção de cenários no STJ proporcionou como primeiro resultado a modificação do Plano Estratégico Institucional, com a inclusão da Efetividade e Inovação como valores, visto que eles são um meio para a atingir a visão do tribunal. Estes ajustes foram aprovados e publicados no livreto do Plano Estratégico 2021-2026 na versão 8.0.

Percebeu-se também a necessidade de modificações na missão, visão e objetivos estratégicos. Em relação a estes, entendeu-se por oportuno aguardar o ciclo de elaboração do próximo plano estratégico, previsto para 2026.

Outro resultado alcançado foi a instituição do Centro de Estudos Prospectivos do STJ, por meio da Portaria STJ/GDG n. 445 de 27 de maio de 2024. Ele é um serviço prestado pela Assessoria de Gestão Estratégica e tem o objetivo de ser um espaço de produção e articulação de conhecimentos capazes de incidir sobre a estratégia do STJ.

Dentre as atribuições do Centro constantes na referida norma, citamos: a) construir saber estratégico e aplicável de forma a subsidiar a tomada de decisões institucionais; b) realizar parcerias com outras instituições com objetivos e atribuições análogos aos do Centro do STJ; c) avaliar as conjunturas nacional e internacional para propor iniciativas coordenadas entre os diversos atores; d) promover reuniões, seminários, painéis e eventos similares com os segmentos da Administração Pública, acadêmicos e outros e deles participar com a intenção de estimular a sociedade a refletir sobre a importância da prospecção de cenários no Poder Judiciário.

Em relação ao modelo matemático dos casos novos, é uma forma de projetar a quantidade de recebimento de processos, com base nos dados dos tribunais de origem. Tornando, assim, o STJ mais proativo em relação à análise comportamental da quantidade de processos de cada um de seus “clientes”.

Conclusões e recomendações

A instituição do Centro de Estudos Prospectivos no STJ é uma forma diferente e inovadora de pensar a estratégia do STJ por meio de cenários, baseado em uma metodologia consolidada. A experiência a partir da sua efetivação será de elaborar outros estudos, a fim de





amadurecer e fortalecer esta forma de pensar e agir, para que seja utilizada na confecção do próximo planejamento estratégico quinquenal do tribunal.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2023. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/02/justica-em-numeros-2023-16022024.pdf>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Justiça em Números 2024. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/05/justica-em-numeros-2024.pdf>.

MARCIAL, Elaine C. **Análise Estratégica**: estudos de futuro no contexto da inteligência competitiva. v. 1. Brasília: Thesaurus Editora, 2011. (Coleção Inteligência Competitiva) *apud* MARCIAL, Elaine C. **Planejamento por cenários**: material de apoio, textos e exercícios. Brasília, Nov., 2022.

MARCIAL, Elaine C. **Planejamento por cenários**: material de apoio, textos e exercícios. Brasília, p.70. Nov., 2022.

SCHOEMAKER, Paul J. H. van der HEIJDEN, C.A.J.M. *Integrating scenarios into strategic planning at Royal/Dutch/Shell. Planning Review* v. 20, p. 41-46, Mai./Jun., 1992 *apud* MARCIAL, Elaine C. **Planejamento por cenários**: material de apoio, textos e exercícios. Brasília. Nov., 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Portaria STJ/GDG n. 445 de 27 de maio de 2024. Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/189251>.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Plano Estratégico 2021-2026. Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/172494>.

Anexos e Apêndices

Tabela 1 - Cenário 1 – Mudaram as estações, nada mudou

Condicionantes	Hipóteses
Expectativa de vida da população brasileira	Manutenção
Casos novos no STJ	Manutenção
Regulamentação da Relevância	Não acontece
Perfil da gestão do STJ	Conservadora





Atores	STJ x Congresso
--------	-----------------

Tabela 2 - Cenário 2 – Meu mundo caiu

Condicionantes	Hipóteses
Expectativa de vida da população brasileira	Diminuição
Casos novos no STJ	Diminuição
Regulamentação da Relevância	Acontece, sem efetividade
Perfil da gestão do STJ	Conservadora
Atores	STJ

Tabela 3 - Cenário 3 – Um minuto para o fim do mundo

Condicionantes	Hipóteses
Expectativa de vida da população brasileira	Aumento
Casos novos no STJ	Aumento
Regulamentação da Relevância	Acontece, sem efetividade
Perfil da gestão do STJ	Conservadora
Atores	STJ x Tribunais x Advocacia x CNJ

Tabela 4 - Cenário 4 – Mudaram as estações, nada mudou

Condicionantes	Hipóteses
Expectativa de vida da população brasileira	Aumento
Casos novos no STJ	Diminuição
Regulamentação da Relevância	Efetiva
Perfil da gestão do STJ	Inovadora
Atores	STJ = Tribunais = Advocacia

Figura 1 – elaborado pelas autoras



TRIBUNAL DE ORIGEM	Tempo médio baixado (figura 153)	2024			
		Casos Novos (período referência)	IAD calculado %	Tx Recorrib. %	Estimativa Casos Novos STJ
Tribunal de Justiça de São Paulo	12 meses	876.977	115,37	10,61	107.325
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	9 meses	222.503	98,89	10,92	24.033
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	9 meses	211.217	99,86	9,26	19.531
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	28 meses	112.666	99,84	10,29	11.575
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	11 meses	164.860	109,46	7,22	13.029
Total					192.373

5 tribunais relevantes no recebimento e com dados para realizar a estimativa para 2024.

TJSP: Quant. casos novos - ano ref 2024 aumentou, mas IAD (CNU) com tendência de diminuição // Recebimento de maio foi bem menor abril // A análise deste Tribunal segue com muito cuidado.

TJRJ: Aumentou significativamente a quantidade casos novos do ano de referência para 2024, o que justifica uma aumento no recebimento de processos deste Tribunal em 2024.

TJPR: Quantidade casos novos - ano ref para 2024 aumentou

TRF3: Quantidade casos novos - ano ref para 2024 diminuiu, o que sugere diminuição no recebimento de processos no STJ em 2024

TJSC: Quantidade casos novos - ano ref para 2024 diminuiu e sugere uma pequena diminuição no recebimento de processos recursais em 2024.

Figura 2 – Impacto dos Recursos Repetitivos.

Tribunal	Assunto mais demandado*	Temas Afetados na 2ª Seção**	Controvérsias pendentes de afetação na 2ª Seção	Sobrestados/Suspensos pelos temas / controvérsias
TJSP (2023)	BANCÁRIOS (2ª Seção)	1116 (TJCE) 1264 (TJSP)		1116 – Painel CNJ = 0 ; No STJ = 1 ; Decisão de Afetação = 17.061 processos em tramitação; TJSP = 1; 1264 – TJRS = 5 no Tema em IRDR n. 22/TJRS; TJMG = 594 processos associados no Tema em IRDR n. 88/TJMG; TJSP = 112.
TJRS (2023)	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (2ª Seção) 9582		339 (TJSP), 611 (TJMS)	339 – TJSP = 89 no Tema em IRDR n. 26/TJSP. 611 – Decisão Nugep/STJ = 25 acórdãos e 1.555 decisões monocráticas.
TJMG (2023)	INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL (2ª Seção) 10433		618 (TJSP), 620 - Brumadinho (TJMG)	618 – TJSP = 1.493 no Tema em IRDR n. 45/TJSP. 620 – Decisão Nugep/STJ = "... foram ajuizadas milhares de ações perante o Judiciário mineiro..." TJMG IRDR 1.0000.23.304509-5/002.
TJRJ (2023)	INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL (2ª Seção) 7779			
TJPR (2023)	CONTRATOS BANCÁRIOS (2ª Seção)	1119 (TJSP)		Painel CNJ = 0; No STJ = 1; Decisão de Afetação = 17 acórdãos e 1.224 decisões monocráticas; TJSP = 35.
TJSC (2023)	CARTÃO DE CRÉDITO (2ª Seção)			
TJDFT (2023)	PENHORA / DEPÓSITO/ AVALIAÇÃO (2ª Seção)	1183 (TJSP), 1266(TJSP)*		Painel CNJ = 0; No STJ = 0; TJSP = 11 no IRDR 2239790-12.2019.8.26.0000.

